

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF

ATA 63ª DA REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 21/10/2014

PAUTA:

ITEM	HORA	ASSUNTO	RESPONSÁVEL
1	8.15	Credenciamento	Secretaria Executiva
2	8.30	Abertura e aprovação pauta	Diretor Presidente do EMATER Rubens Ernesto Niederheitmann
3	8.40	Aprovação da ata da 62ª Reunião	Diretor Presidente do EMATER Rubens Ernesto Niederheitmann
4	9.00	Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater	Miriam Fuckner
5	9.10	Informes da Câmara Técnica de Desenvolvimento Rural	Jefferson Meister
6	9.30	Apresentação do Território Litoral	Clarival Breda - CORDRAP
7	9.45	Edital do PRORURAL	Jefferson Meister
8	10.00	Apresentação sobre o CAR	Claudia Sonda e Adair Rech
9	10.30	Chamadas Públicas de ATER	Dant Macedo – MDA
10	11.00	Apresentação Programa Plante seu Futuro	Jose Tarciso Fialho /SEAB
11	11.30	Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do Cedraf	Diretor Presidente do EMATER Rubens Ernesto Niederheitmann
12	11.50	Assuntos Gerais	Diretor Presidente do EMATER Rubens Ernesto Niederheitmann
13	12.15	Encerramento	Diretor Presidente do EMATER Rubens Ernesto Niederheitmann

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e catorze, realizou-se a sexagésima terceira reunião do Cedraf, nas dependências do Instituto Emater no município de Curitiba - Paraná. Estiveram presentes doze conselheiros titulares e oito suplentes no exercício da titularidade, totalizando vinte, atingindo o quorum para deliberação, mais um conselheiro na condição de suplente e vinte e três convidados. **Conselheiros da Sociedade Civil:** José Israel de Souza - Sicredi; Nilton Agner Junior - Rede Ecovida; Juarez S da Costa - Fepar; José Carlos Castilho - Fetaep; Ivo Melão – Câmara Agroecologia; Vilmar Agostinho Sergiki – Fetraf; Robson Mafioletti – OCEPAR, Denilson Pasin - Deser; Nilson Hanke Camargo – Faep; José Luiz Schwab - Arcafar Sul; Alexandre Leal dos Santos - Câmara Setorial de Juventude Rural; Elsidio Emilio Cavalcante – Fórum de ATER; Vinicius Baltazar Milani – SEBRAE; Paulo Sanitá - Rede de Colegiados Territoriais; Misael Jefferson Nobre – Rede Puxirão. **Conselheiros do poder público:** Valéria Nitsche - SETS; Benedito Luiz Almeida - Emater; Cláudia Sonda – SEMA/IAP; Nestor Bragagnolo – SEPL; Ailton Santos da Silva – SFA/MAPA. Compareceu também na condição de suplente Pastor Werner Fuchs - Rede Eco Vida. **Faltas justificadas:** SEAB, EMBRAPA, CONAB e IAPAR. **Faltas sem justificativas:** AMP, INCRA, APPA, CRESOL, FED/PESCADORES SETI, Representação de Mulheres, CEAGRO; CCA, SEED/EDUCAÇÃO DO CAMPO; ALP; Quilombolas; Indígenas e Unicafe. Compôs a mesa o Diretor Presidente da Emater Rubens Ernesto Niederheitmann, representando o Presidente do Cedraf e Secretário Estadual de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, e a Secretária Executiva do Conselho Miriam Fuckner. **2. Aprovação da pauta:** O Presidente do Emater Rubens Ernesto Niederheitmann apresentou a pauta que foi aprovada pelo plenário do Conselho. **3. Aprovação da ata nº 62** que foi enviada anteriormente por meio eletrônico, com as sugestões recebidas dos conselheiros, foi aprovada. **4. Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater** Miriam Fuckner informou que as Entidades que tiveram seus credenciamentos renovados, após a data da última reunião do CEDRAF: Associação dos Técnicos Agrícolas; Associação Intermunicipal de Produtores de Leite do Sudoeste; APPA – Associação Paranaense dos Pequenos Agricultores; Ceagro e Cooperiguaçu. Estão com o credenciamento vencido em outubro: AGROPLÂNTULA, de Ribeirão do Pinhal; Instituto Apolo, Instituto Maytenus e ICAF/SC. Todas foram avisadas pela Câmara de ATER através de mensagem eletrônica. A GERAR ainda não finalizou o processo de

renovação desde 15 de setembro de 2014. Credenciamentos que vencem em dezembro de 2014: ASPTA; CREHNOR e a COOPTRASC – Terra Viva, as quais serão informadas pelo CEDRAF por e-mail e telefone. Em cadastramento estão as entidades GENESIS, de Kalore, que não finalizou a solicitação desde 17/09/14; Agrarisch Consultoria Ltda, de Curitiba; Agrocarvalho, de Colombo; EFVasconcelos e Santana, de Terra Rica; Jacson Prado – ACARPRA, de Jesuitas; Instituto Motirô, de Matinhos; Planejar, de Jardim Alegre; **5. Informes da Câmara Técnica de Desenvolvimento Rural** Jefferson Meister informou que houve uma reunião dia 7 de outubro, na qual estavam presentes além dele, Benedito Almeida, Miriam Fuckner, Castilho da FETAEP e técnico da EMATER Sergio Machado. A pauta da reunião foi avaliar a solicitação de reconhecimento dos territórios Litoral e Noroeste, que encaminharam as documentações e a elaboração do plano de desenvolvimento rural sustentável e solidário. Sobre a solicitação de reconhecimento dos territórios a análise teve como base de avaliação a resolução 82 de 16/09/14 do CEDRAF. Pela análise dos membros da Câmara Técnica, o Território do Litoral apresentou todos os requisitos necessários ao reconhecimento pelo CEDRAF. Foi levado em consideração o atendimento aos critérios estabelecidos e o envio completo da documentação mínima necessária para avaliar se o território atende aos critérios de identidade, mobilização e organização, se tem uma estratégia local e visão de futuro expressa no Plano de Desenvolvimento Territorial. Com relação ao Noroeste após análise dos documentos, a câmara entendeu que o território atendeu parcialmente as condições para ser reconhecido, em especial ao que está estabelecido no art 4º da Resolução 82. Foi observado pela câmara que documentação está incompleta, pois não foram encaminhados os documentos referentes aos conselhos municipais que compõe o território. Quanto à documentação enviada, está confusa, necessitando de uma melhor organização e estruturação, demonstrando com clareza qual é o plano de desenvolvimento territorial do Noroeste. Recomendou que em todos os territórios o Cedraf, em conjunto com a câmara técnica e o sistema SEAGRI, desenvolva ação permanente e continuada visando a formação e capacitação dos atores para promover o desenvolvimento local/territorial, auxiliando na elaboração e gestão de projetos que venham de encontro as propostas dos planos municipais e territorial. Com relação ao plano de DRSS a câmara apresenta uma proposta para construção do mesmo, entendendo que não é a câmara que tem que elaborar, mas sim ajudar a conduzir o processo metodológico, em conjunto com a comissão organizadora da conferencia, sendo que seus integrantes deverão conduzir o processo conforme está definido no regimento interno da conferencia de desenvolvimento rural. Propõe-se resgatar documentos das conferencias que já ocorreram anteriormente à III de DRSS considerando que são elementos que vão subsidiar a elaboração do plano estadual. A Câmara propõe realizar uma reunião com os componentes das comissões executiva e de sistematização da Conferencia e estruturar uma oficina de um dia em Curitiba tendo como indicativo de data o dia quatro de novembro, visando definir metodologia para construção do plano estadual. Propõe-se ainda outra oficina sendo de três dias, com um GT ampliado para a elaboração das propostas do PEDRSS. A ideia é trabalhar com grupos temáticos, discutindo os eixos da conferencia e após realizar negociações com outras secretarias, conselhos, ministérios e instituições os temas que podem ser integrados, para então concluir o documento que será apreciado e aprovado pelo conselho, com prazo final em agosto de 2015. A intenção da câmara técnica é construir um plano estadual que subsidie a elaboração de políticas publicas e do PPA 2016 e 2019, definido orçamento para as ações. Miriam faz um questionamento para as entidades manifestarem se vão permanecer no grupo de trabalho, se outras entidades que não estão gostariam de entrar no processo e se as datas apresentadas como indicativo são de consenso. Esclarece que no segundo momento, serão envolvidas mais pessoas, pensando-se na participação das organizações dos agricultores, nas representações dos territórios, das mulheres, jovens e demais segmentos, para que seja o mais representativo possível, ao se elaborar as propostas. Robson Mafioletti parabeniza a iniciativa e destaca que a UNICAFES pode contribuir mais na discussão, sendo que a OCEPAR não teria condições de participar mais ativamente tendo em vista que no momento está com uma agenda muito pesada, contribuindo no que fosse possível, mobilizando as cooperativas para participarem. O representante do SEBRAE solicita que a agenda das reuniões seja encaminhada, que com certeza eles participarão. Nilton Agner Junior destaca que para os dirigentes das associações fica difícil participar de segunda a quarta-feira, solicitando que esta data seja transferida do meio para o final da semana. Paulo Sanitá, representante do Território Noroeste informou que devem organizar a documentação do território e encaminhar para aprovação na próxima reunião em dezembro. **6. Apresentação do território Litoral** o presidente do CORDRAP

Clarival Breda, informou as características do Território Litoral destacando diferenças em relação à agricultura convencional pela grande extensão de mata nativa, região de conservação, dificuldades próximos do mar, entre outras. Os municípios são antigos, diferente de outras regiões em que houve diversos desmembramentos com municípios mais novos e próximo uns aos outros. No litoral para se reunir tem gente que vem de Guaraqueçaba, viajando pelo menos duas horas de barco ou três a quatro horas de carro, com condições ruins de deslocamento, o que dificulta a mobilização e articulação. As atividades econômicas primárias são baseadas principalmente na agricultura familiar, pesca artesanal, e turismo rural. Breda relatou um historio das ações realizadas para a organização do Território Litoral, destacando que o processo iniciou em 1997, com a criação do conselho municipal de Morretes, e na sequencia dos demais municípios. Foram realizadas capacitação de conselheiros e vários seminários regionais, sendo que em 2003 foi aprovada criação do conselho regional de desenvolvimento rural pesqueiro e artesanato CORDRAP e o documento que apontou os principais problemas e propostas de solução para região, nas áreas ambiental, econômica e social. A partir da mobilização territorial foram fundadas as cooperativas COMATA (cooperativa de laticínios) e a COATIVA (cooperativa que atende o projeto de agroindústria de palmito através da agencia de desenvolvimento do Vale do Ribeira, ambas situadas em Morretes, e a elaboração de projetos implantados no Território, como: de pesca artesanal, de agroindústria e plantio de palmito junto agencia de desenvolvimento do Vale da Ribeira e Guaraqueçaba e PAA para a região. Em 2014 ocorrem oficinas municipais para motivação dos conselheiros; formação do grupo de trabalho para conclusão do PTDRS, entre outras. Finalizando, Breda agradece a todos os companheiros que contribuíram na luta e que se fazem presentes na reunião, especialmente o EMATER que apoiou, assessorou e acompanhou o território, assim como a atenção dos conselheiros. O Presidente da reunião informou a presença da Secretaria de Meio Ambiente Onilda Dias e do Secretario Municipal de Agricultura Marlon Freitas Rosa, ambos de Guaraqueçaba, a Secretaria Municipal de Agricultura Maria Denise de Fontes e o vereador Airton Tomaz, ambos de Morretes, do vereador Tibas de Antonina e Paulo Zanoni Secretário de Pesca e Agricultura de Guaratuba. Pastor Fuchs observou contradição na soma total na tabela das organizações, solicitando esclarecimento, aponta apenas uma associação de interesse ambiental em Antonina e duas cooperativas e a fragilidade da sociedade civil na participação. Sergio Machado que acompanha o território informou que quanto à participação da sociedade civil tem muitas dificuldades no litoral. A partir de 2012 as associações e as organizações ligadas à questão ambiental se vincularam aos conselhos das APPAS de Guaraqueçaba e de Guaratuba e participam lá. A coordenação do CORDRAP está fazendo aproximação com o COLITE visando ajustar uma agenda comum. Com a sociedade civil já esta em negociação e houve uma abertura muito boa dos conselhos das APPAS, para participação nas câmaras técnicas. O Presidente colocou em votação o reconhecimento do Território Litoral, considerando que a câmara técnica aprovou a documentação, a apresentação que foi feita e a possibilidade de questionamentos, sendo aprovado por unanimidade. **7. Edital do PRORURAL** Jefferson Meister da SEAB informa sobre a abertura de edital do PRORURAL, lançado e publicado no dia 08/10/2014, para apoio financeiro a projetos com propostas de iniciativas de negócios, de natureza coletiva, com o objetivo de promover a geração de trabalho e renda, nos oito territórios abrangidos pelo programa. Os detalhes da apresentação encontram-se em anexo e mais informações poderão ser obtidas nos sites do PRÓ-RURAL e do edital. O representante da Rede Puxirão, Misael questiona se outros segmentos além dos indígenas e quilombolas estão incluídos na proposta. Jefferson esclarece que a exigência do Banco Mundial foi a de atender de uma forma diferenciada os indígenas, mas o Estado fez a opção de atender também os quilombolas. Misael destaca que a região noroeste está fora da proposta, assim como os ilhéus do Parque Nacional Ilha Grande, além dos pescadores artesanais, cipozeiros, faxinalenses e demais povos e comunidades tradicionais. Jefferson destaca que o projeto é para atendimento aos agricultores familiares, conforme prevê a lei, que inclui estas categorias e que este é o primeiro edital, mas que serão lançados no mínimo mais sete, até o final do PRORURAL que se encerra em 2017. Pastor Fuchs informa que a AOPA já protocolou um projeto para o Vale do Ribeira, incluindo 152 agricultores familiares e quilombolas, com expansão neste Território, onde possuem um projeto de produção de sementes orgânicas. O projeto é para construção de uma central de distribuição, localizada no município de Colombo, fora do Vale do Ribeira. Solicita uma orientação do Jefferson, uma vez que o edital diz que as entidades devem ter atuação no Território, o que a AOPA tem, embora não seja majoritária. Tem a preocupação de que o fórum do Vale do Ribeira possa questionar o investimento

em uma construção fora do território. Jefferson reforça que a discussão e a decisão serão no colegiado territorial, o qual apresentará um parecer para a Câmara Técnica recomendando ou não a proposta. Nestor Bragagnolo da SEPL informa que além desta chamada pública do PRORURAL, que é feita com recursos do financiamento do Banco Mundial, especifica para os 131 municípios dos oito territórios, está prevista uma chamada pública através da SETS que envolve todo o estado, e que poderá atender o projeto da AOPA, caso não se enquadre pelo Vale do Ribeira. Este outro recurso é uma doação do BNDS de dez milhões que prevê duas chamadas públicas, uma na agricultura e outra na SETS, atendendo associações da área urbana e rural.

8. Apresentação sobre o CAR: Claudia Sonda da SEMA/IAP desatacou que é fundamental saber que com o advento do CAR mudou o modelo de gestão ambiental, saindo de um modelo documental, o SISLEG, para um modelo cartográfico físico, o que facilitará a elaboração do cadastro e também o monitoramento. Existem muitas regras para serem definidas ainda e que estão em fase de construção, mas que o que tem de nortear as ações referentes ao cadastro. Destaca que no novo código há um capítulo específico para a agricultura familiar, o capítulo 12, desafiando o conselho para que se aproprie disso e proponha normas para operacionalização no Paraná. Relata que a inscrição já está disponível e que todo imóvel rural deve fazer o CAR, inclusive quem fez o SISLEG. Existem parceiros contribuindo no cadastramento, mas ainda há um grande contingente de imóveis que ficarão em descoberto, precisando avançar nas parcerias com as prefeituras municipais, as comunidades tradicionais entre outras. Adair Rech do Emater fala dos objetivos, destacando que o CAR permite visualizar toda a área e sua ocupação, possibilitando inclusive, o planejamento da propriedade para seu melhor aproveitamento, desde que se faça o preenchimento correto do cadastro. O Emater está atuando na divulgação e capacitação de técnicos, sendo que a entidade irá atender os produtores assistidos, uma vez que não tem estrutura para toda a demanda, assim como realizar capacitação das estruturas técnicas de outras entidades, em parceria com o IAP. Nas regiões administrativas da Emater, os coordenadores treinados estão estruturando fóruns para debate e construção de estratégias para atender os agricultores familiares na elaboração do CAR. Detalhes sobre o assunto estão nas apresentações em anexo. Rubens informa que está sendo negociada uma proposta para captação de recursos, que irão para o Fundo Estadual, para que se possam contratar empresas que viessem a fazer o CAR sob a coordenação da Emater.

8. Chamadas públicas de ATER – Dant Danilo de Oliveira Macedo do MDA, representando o delegado Reni Antonio Denardi, informou que no Paraná, no período de 2010 a 2014 foram e/ou estão em execução dezoito chamadas públicas, incluindo uma com vinte e sete lotes e outra com três lotes. O valor total aportado é de cento e vinte e três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, trezentos e quarenta e sete reais, abrangendo cinquenta e dois mil, seiscentos e vinte e duas famílias de agricultores familiares. Detalhes da apresentação estão na apresentação anexa. Nilson da FAEP questiona a avaliação dos resultados obtidos após o término dos contratos de ATER. Dant esclarece que os primeiros contratos, que tiveram curta duração, não foram possíveis mensurar e por isso os novos contratos são mais longos, o que permitirá uma melhor avaliação, e daqui um ano poderá falar qualitativamente dos resultados. Nilton ainda destaca que está havendo uma dispersão muito grande do serviço de ATER entre várias entidades e questiona sobre a capacitação dos técnicos que atuam nas mesmas. Dant esclarece que o MDA tem esta preocupação e que agora, numa ação conjunta com a SEAB e EMATER está sendo estruturado um programa de capacitação de ATER, contemplando técnicos da entidade oficial do estado e as não governamentais.

9. Plante seu Futuro Jose Tarciso Fialho da SEAB informa que o Plante seu Futuro, não é um programa, mas uma campanha de boas práticas já consagradas na agricultura vegetal e animal. Teve início em 2013, e como começou em setembro, concentrou-se no manejo integrado de pragas. Foi iniciativa de um grupo de instituições que já estão a campo entre elas Faep, Emater, Fetaep, Ocepar, Itaipu, Embrapa, Iapar e Seab, além dos parceiros realizadores e apoiadores, que somam mais de trinta entidades. O Estado do Paraná já é reconhecido pelo uso de boas práticas agropecuárias, mas é possível avançar ainda mais. A campanha é uma ação educativa que abrange o manejo integrado de solos e água, o manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas, tecnologia e aplicação de agrotóxicos e combate às formigas cortadeiras. Os esforços empreendidos nos primeiros seis meses da campanha tiveram ótimos resultados, com a organização dos comitês regionais, seminários técnicos regionais; elaboração do protocolo para assistência técnica; unidades didáticas instaladas, dias de campo, reuniões práticas e cursos; integração de estratégias de manejo: biológicas, químicas e genéticas; monitoramento de esporos, qualidade de aplicações e combate das derivas, e principalmente a redução em 50% no custo de

produção. Paula Sanitá manifesta que o programa é interessante uma vez que vem de encontro à proteção da vida, destacando questões relacionadas à água, às formigas, ao uso de venenos, entre outras e que os agricultores familiares devem acolher esta campanha, visando a segurança alimentar. **10. Informes do Secretario da Agricultura e do Abastecimento e presidente do Cedraf:** Rubens informa, a pedido do Secretário, que a regulamentação da lei de ATER, já foi encaminhada ao Palácio Iguazu para ser assinada pelo governador. Destaca ainda a importância da elaboração do plano estadual de desenvolvimento rural como fundamental, pois ele vai indicar as políticas de ATER e depois os programas, sendo isto feito em sintonia com os programas do governo federal. **11. Assuntos Gerais** Pastor Fuchs informou sobre tecnologia de combate a invasoras, uma pesquisa que esta em andamento, patenteada com a marca **Ecocapina**. Trata se de uma munda térmica para secar plantas invasoras mediante aplicação de calor, que funciona a óleo vegetal. Pastor Fuchs faz parte da cooperativa **Cooperbiobrasil**, que produz óleo vegetal através de pequenas usinas para a extração a frio. Fuchs explica todo o processo de como é feito e usado na agricultura, sendo que os detalhes estão na apresentação anexa. Miriam agradece a todos os conselheiros pela presença, comunicando que a próxima reunião será dia 9 de dezembro. Na reunião anterior foi sugerido que fosse apresentado um balanço do PAA, perguntando à Valeria da SETS se pode ser incluído, sendo que esta concorda com a proposta. O vereador Airton de Morretes veio representando prefeito Elton, agradece a todos os conselheiros por terem aprovado o reconhecimento do Território Litoral. Rubens dá por encerrada a reunião.

Curitiba, outubro de 2014.

Miriam Fuckner
Secretária Executiva do Cedraf

Norberto Anacleto Ortigara
Presidente do Cedraf